

CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE PETRÓPOLIS (RJ): LEVANTAMENTO DOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS NO PERÍODO DE 1846 A 1861

Tainá Laeta

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

tainalaeta@gmail.com

Manoel do Couto Fernandes

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

manoelcoutofernandes@gmail.com

Resumo

Data de 16 de março de 1843, o decreto n° 155 que estabelece a criação da cidade de Petrópolis, situada na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro (Brasil), a partir do arrendamento das terras da fazenda Córrego Seco ao Major Julio Frederico Koeler. A designação do engenheiro alemão, Major Koeler, foi requerida em função da elaboração do plano denominado "Povoação-Palácio de Petrópolis" do Imperador Dom Pedro II. A partir deste plano se inicia o desenvolvimento de plantas históricas que visavam o planejamento da cidade que se baseava na construção de um palácio de verão para a corte imperial, nos moldes das cortes europeias, e como suporte a este palácio uma colônia agrícola, que com o passar do tempo foi se moldando ao longo das encostas íngremes e vales encaixados da paisagem petropolitana. Todos esses fatores refletem no quadro atual da paisagem que possui uma série de conflitos urbanos e ambientais que marcam esta cidade por um forte apelo turístico, baseado em sua história imperial, e de ocorrência de deslizamentos e enchentes que geram um passivo ambiental e de perdas humanas muito significativo. Neste sentido, o presente trabalho busca a partir do levantamento de documentos cartográficos históricos, entender como foi o planejamento da cidade para buscar subsídios que permitam traçar paralelos entre o que fora concebido e o que atualmente ocorre no município. Para tanto, foram levantados os documentos históricos referentes a duas décadas a partir da fundação do município (1846 a 1861), nos quais foram identificados cinco documentos cartográficos: duas 'Planta de Petrópolis - 1846', 'Planta de Petrópolis - 1850', 'Planta Imperial Colônia de Petrópolis - 1854' e a planta 'Imperial Cidade de Petrópolis - os quarteirões coloniais - 1861'. Foi observado nos documentos cartográficos analisados um acréscimo de quarteirões a partir da 'Planta Petrópolis 1846', implicando assim já em uma projeção de crescimento da cidade. Vale destacar que a 'Planta Petrópolis' assinada pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Cartografia Histórica, Petrópolis, Plano de Povoação

Abstract

Date of March 16, 1843, the Decree N°. 155 establishing the creation of the city of Petrópolis, located in the mountainous region of the state of Rio de Janeiro (Brazil), from the leasing of farm land 'CórregoSeco' of the Major Julio FredericoKoeler. The designation of the German engineer, Major Koeler, was required due to the development of the plan called "Povoação-Palácio de Petrópolis" the Emperor Dom Pedro II. From this plan begins the development of historical plants aimed at the city planning that was based on building a summer palace for the imperial court, along the lines of the European courts, and in support of this palace an agricultural colony that over time it was shaping up along the steep slopes and valleys embedded in Petropolitan landscape. All these factors reflect the current landscape framework that has a number of urban and environmental conflicts that mark this city with a strong tourist appeal, based on its imperial history, and occurrence of landslides and floods that generate environmental damage and human losses/cost very significant. In this sense, this paper seeks/this study aims from the survey of historical cartographic documents, understand how the city was planning to seek subsidies that allow to draw parallels between what was conceived and currently taking place in the city. For this, they were raised historical documents relating to two decades from the city's founding (1846 to 1861), in which it was identified five cartographic documents: two 'Planta de Petrópolis - 1846', 'Planta de Petrópolis - 1850', 'Planta Imperial Colônia de Petrópolis - 1854' and the plant 'Imperial Cidade de Petrópolis - os quarteirões coloniais - 1861'. Was observed in cartographic documents analyzed an increase of city blocks from the 'Plant Petropolis 1846', thereby implying longer in a city's growth projection. Is worth emphasizing that the 'Plant Petropolis' signed by the President of the Rio de Janeiro Province.

Keywords: HistoryCartography, Petrópolis, Settlement Plan

1. Introdução

1.1. A fundação da cidade de Petrópolis

Na fundação da cidade de Petrópolis, destacam-se três personagens importantes, o Mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva, o Major Julio Frederico Koeler e o Imperador Dom Pedro II. Ao Major alemão Koeler pode ser creditado o grande realizador da fundação da cidade, no qual encontra-se lavrado e datado em 26 de julho de 1843 o arrendamento da Fazenda Córrego Seco, constando textualmente no Decreto Imperial n° 155, art. 15 a exigência do arrendatário Koeler o cumprimento do contrato "a hypotheca de seus bens, havidos e por haver". Destaca-se também no mesmo decreto uma alusão ao futuro nome da cidade, onde no art. 10°impõem-se ao arrendatário "o levantamento gratuito da 'planta da FUTURA PETRÓPOLIS', e do Palácio e suas dependências". O Mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa (engenheiro e oficial do Exército) era considerado um homem de incontestável conhecimento técnico, onde pode-se citar a elaboração do plano de abastecimento de água na Corte. Sendo o próprio Paulo Barbosa a entregar a Koeler em 30 de outubro de 1843 a proposta de instruções para os aforamentos dos terrenos que deveriam formar a futura Petrópolis. Inserido no art. 1° dessas instruções, há referências ao "mappa levantado pelo arrendatário Koeler" e constando também o levantamento a ser realizado para a criação da futura Petrópolis através de trabalho topográfico (TEIXEIRA FILHO, 1939).

Na data de 16 de março de 1843, junto ao Decreto Imperial n° 155 foi estabelecida a criação da cidade de Petrópolis, a partir do arrendamento das terras da fazenda Córrego Seco ao Major Julio Frederico Koeler. A vinda do engenheiro alemão, Major Koeler se fez necessária em função da elaboração do plano denominado "Povoação-Palácio de Petrópolis" do Imperador Dom Pedro II, onde este incluía as seguintes exigências: 1 - projeto e construção do Palácio Imperial; 2 - Urbanização de uma vila imperial com quarteirões imperiais; 3 - Edificação de uma igreja em louvor de a São Pedro de Alcântara; 4 - Construção de um cemitério; 5 - Cobrar foros imperiais dos colonos moradores e; 6 - Expulsar terceiros das terras ocupadas ilegalmente. Mas alguns antecedentes se fazem presente a criação da cidade, segundo Rabaço (1985) destacam-se quatro fatores: a abertura do Caminho Novo para as Minas Gerais, através dos vales dos rios Piabanha e Inhomirim; a doação de terras pela Corte Imperial Portuguesa ao longo do Caminho Novo, com o objetivo de estimular a colonização da região serrana; a Fazenda do Padre Correia com grande importância agrícola e artesanal, como também servindo de pouso a abastecimento para as caravanas que seguiam para as Minas Gerais; e a compra da fazenda Córrego Seco por Dom Pedro I.

"Tendo approvedo o plano que me apresentou Paulo Barbosa da Silva, do Meu Conselho, OfficialMór, e Mordomo de Minha Imperial Casa, de arrendar a Minha Fazenda denominada "Córrego Seco" ao Major de Engenheiros Koeler; pela quantia de um conto de réis annual, reservando um terreno suffiente para nelle se edificar um Palacio para Mim, com suas dependencias e jardins, outro para uma povoação, que deverá ser aforádo a particulares, e assim como cem braças dum e outro lado da estrada geral, que corta aquella Fazenda, o qual deverá tambem ser aforádo a particulares, em datas ou prazos de cinco braças indivisiveis, pelo preço porque se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça:" (TEIXEIRA FILHO, 1939)

A colonização da região serrana do estado Rio de Janeiro, onde se situa a cidade de Petrópolis, se deve muito a necessidade a partir do século XVIII de se estabelecer um caminho seguro entre a capitania do Rio de Janeiro e as Minas Gerais, com o intuito de escoar as pedras preciosas que haviam sido descobertas nesta última. Inicialmente durante o século XVII, denominado como 'Caminho Velho', o caminho era feito com a ligação entre os portos do Rio de Janeiro e São Vicente (SP), este próximo a Santos, continuando pelos vales dos rios Tietê e Paraíba do Sul. Posteriormente, por uma necessidade de segurança foi criada a variante terrestre do 'Caminho Velho', entre Taubaté no vale do Paraíba do Sul e o porto de Parati, acarretando assim um menor tempo na ligação terrestre com o porto do Rio de Janeiro, como também manteve sua rota mais próxima a costa brasileira. Na segunda metade do século XVII, devido à intensificação das atividades mineiras foi criado o 'Caminho Novo', cujo objetivo era transpor diretamente a serra do Mar, o que fazia o caminho ser ainda mais seguro e curto entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro por determinação da Coroa Portuguesa, o qual este passava por Paty do Alferes (Pati do Alferes), Marcos da Costa, chegando ao porto do rio Pilar que é afluente do rio Iguaçu na baía de Guanabara em um percurso bastante acidentado. O 'Caminho Novo', porém, era marcado por escarpas íngremes e

travessias de rios, o que era inviável o seu trânsito sob condições chuvosas. Nesse sentido, a Coroa Portuguesa no início do século XVIII, solicitou melhorias no caminho e assim foi feita a variante do 'Caminho Novo', também conhecido como Caminho Real das Minas Gerais, Caminho da Serra da Estrela, ou mais popularmente como Caminho do Ouro ou Caminho dos Mineiros, sendo traçado pelo vale do rio Piabanha, chegando ao porto da Estrela no rio Inhomirim, no fundo da baía de Guanabara, onde foi concluído no ano de 1725 (RABAÇO, 1985).

Com o intuito de fomentar a ocupação do território brasileiro a Coroa Portuguesa, ainda na época de Dom João III inicia o processo de doação de terras, esses lotes de terras eram denominados de Capitânicas, os quais eram doados em caráter hereditário a distintos fidalgos da Corte. Tais Capitânicas podiam ser subdivididas em lotes menores, conhecidos como Sesmarias, que eram de áreas variáveis. Segundo Rabaço (1985), as primeiras sesmarias doadas na região serrana do vale do Piabanha equivalem a aproximadamente 6.600 metros quadrados. Os sesmeiros quando recebiam suas terras tinham o direito de dividir as terras por herança ou por venda, contribuindo desta forma para o processo de povoamento da região. Em contrapartida, os mesmos sesmeiros do vale do Piabanha tinham algumas obrigações, tais como: 1 - "manter permanentemente conservada a importante via de comunicação terrestre entre as Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro, através da serra do Mar"; 2 - proporcionar albergue e alimentação para funcionários, tropeiros e animais de cargas em trânsito permanente pelo Caminho Novo; 3 - construir e conservar pontes sobre os rios menos caudalosos; e 4 - promover o Cristianismo, de acordo com os princípios do Padroado Real, segundo o entendimento do que cabia tanto ao Rei como aos seus súditos a propagação do "Reino de Deus".

Ao longo da variante do Caminho Novo (via Piabanha - serra da Estrela), muitas sesmarias foram requeridas, salientando a sesmaria do Itamarati que deu origem a Fazenda do Itamarati e a Fazenda do Córrego Seco. A primeira pertenceu ao Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença, o mesmo que foi o responsável pela abertura da variante do Caminho Novo, sendo posteriormente deixada de herança ao seu filho Antonio de Proença Coutinho Bittencourt. A Fazenda do Córrego Seco, segundo o documento do Arquivo Nacional n° 799 consta sob o nome de "Rancho da Farinha", localizava-se ao longo da variante do Caminho Novo na confluência do rio Morto com o rio Piabanha, abrigava tropas e fornecia o necessário aos viajantes. Foi deixada em herança ao Sargento-Mor José Vieira Afonso, sendo mais tarde vendida ao Imperador Dom Pedro I em 6 de fevereiro de 1830, já nesse momento sob o nome de Fazenda da Concórdia. Em seguida, na posse de Dom Pedro II, seu nome foi alterado para Fazenda Imperial de Petrópolis, onde foram anexadas as suas terras as fazendas vizinhas, entre elas a Fazenda do Itamarati, dando origem ao núcleo inicial de Petrópolis (RABAÇO, 1985).

2. Área de Estudo

O município de Petrópolis (figura 1) se encontra localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro, ao norte na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), entre as coordenadas 43°22' - 43°00' a oeste e 22°34' - 22°12' ao sul. O município conta com uma área de 795.799km² e com uma população de 298.142 habitantes (IBGE, 2015).

Inicialmente Petrópolis passa a categoria de município e cidade a partir da Lei n° 961, de 29/09/1857. Onde também em conjunto com decretos estaduais são criados os distritos de: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e São José do Rio Preto. Este último sofreu alterações nominais, onde em 1938 passou a denominar-se São José, em 1943 alterou o nome para Paraúna. No ano de 1947 o distrito tem seu nome novamente modificado, voltando a denominar-se São José do Rio Preto. O município manteve essa divisão territorial até o ano de 1964, quando foi criado o distrito da Posse, contando com partes dos distritos de Pedro do Rio e São José do Rio Preto. A partir desse ano o município passa a ser constituído de 6 distritos, os cinco iniciais mais o distrito da Posse. Pela Lei Estadual n° 1255 de 15/12/1987, o distrito de São José do Rio Preto emancipa-se do município de Petrópolis, passando a categoria de município sob o nome de São José do Vale do Rio Preto. Desde 1994 até os dias de hoje o município de Petrópolis conta com cinco distritos, sendo eles: Petrópolis (1° distrito), Cascatinha (2° distrito), Itaipava (3° distrito), Pedro do Rio (4° distrito) e Posse (5° distrito) (IBGE, 2015).

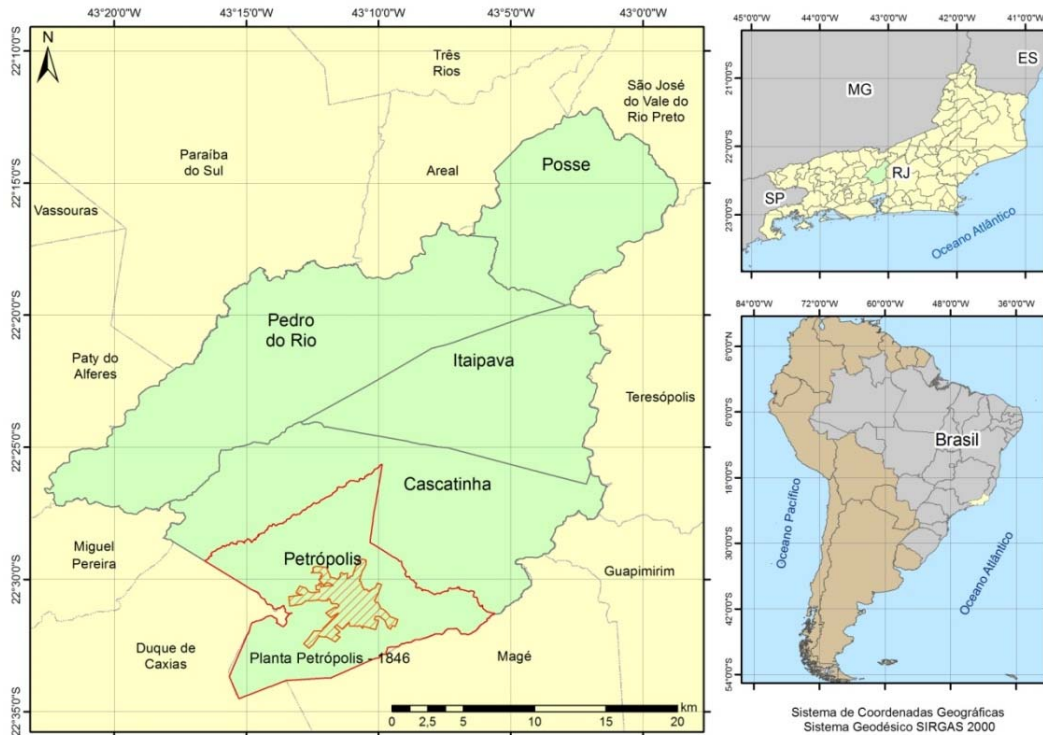


Figura 1: Mapa de localização do município de Petrópolis

A criação e expansão da cidade de Petrópolis tem início a partir da 'Planta Petrópolis - 1846' (Companhia Imobiliária de Petrópolis) e suas quatro plantas subsequentes, isto é, as cinco plantas ('Planta Petrópolis - 1846' [Biblioteca Nacional], 'Planta de Petrópolis - 1850', 'Planta Imperial Colônia de Petrópolis - 1854' e 'Imperial Cidade de Petrópolis - os quarteirões coloniaes - 1861') analisadas neste presente estudo se encontram localizadas no primeiro distrito de Petrópolis (figura 2).

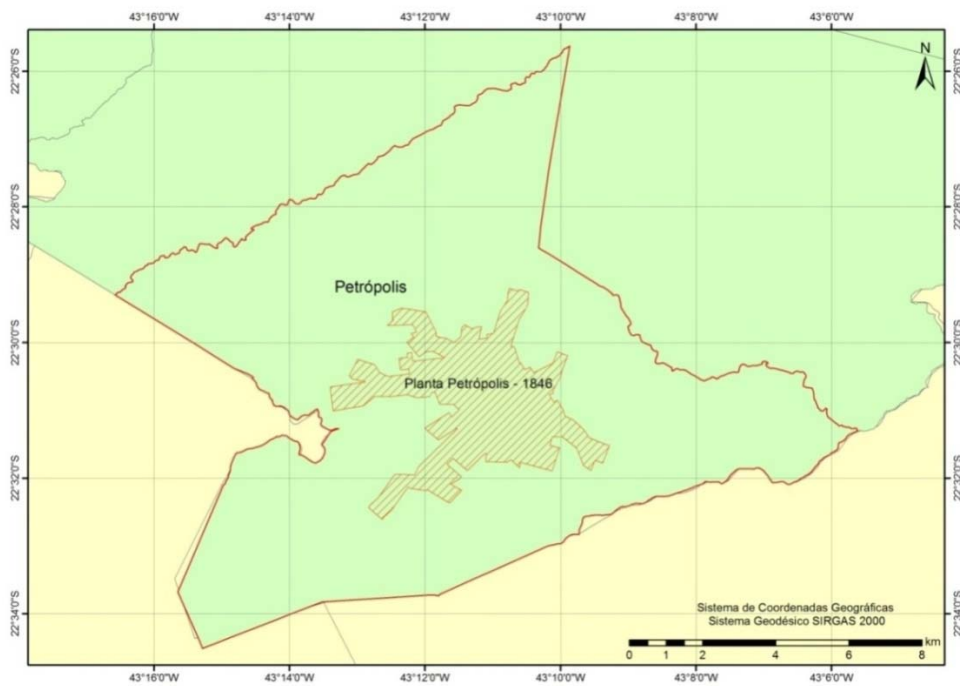


Figura 2: Mapa de localização do primeiro distrito de Petrópolis

A Companhia Imobiliária de Petrópolis originária da Superintendência da Fazenda Imperial ainda mantém o direito legal a cobrança de foro sobre os prazos (terrenos), mesmos os parcelados posteriormente, e

ainda tendo preferência de compra e na eventual alienação dessas terras usufruídas em regime de enfiteuse, com um recolhimento de 2,5% a título de laudêmio no valor de alienação desses imóveis (AMBROZIO, 2012). Esta Companhia é considerada a entidade jurídica que mantém o controle de cobrança sobre as propriedades na qual a cidade se originou, sendo responsável pelo recolhimento das taxas fundiárias em regime de enfiteuse das terras localizadas no primeiro distrito do município. A cobrança de foro segundo alguns autores, não pode ser entendida como tributo ou imposto, pois se refere a uma contraprestação monetária em que foi obrigado o particular (foreiro ou enfiteuta) em acordo de contrato de enfiteuse com o proprietário do imóvel (senhorio direito). A enfiteuse é compreendida como sendo um instituto do Direito Civil e também o mais amplo dos direitos reais, significando que o proprietário permita entregar a terceiros (enfiteuta ou foreiro) o domínio útil, isto é, os direitos sobre a coisa, passando assim a ter direito de posse, uso, possibilitando até mesmo alienar ou transmitir por herança, desde de que seja feito o cumprimento da eterna obrigação de pagamento ao senhorio direto pelo enfiteuta. Aos enfiteutas é dado o direito do domínio útil ou também conhecido como domínio limitado, dando o direito de desfrutar de todas as qualidades da coisa, sem destruir a sua substância, isso, porém, mediante a uma das duas imposições colocadas aos foreiros, que é pagar ao senhorio uma prestação anual invariável denominada foro; a segunda obrigação é a de dar ao proprietário o direito de preferência, toda vez que for alienar o prazo (terreno). Salvo o caso de o senhorio não demonstrar preferência de alienação, este terá o direito ao laudêmio, que se traduz na porcentagem de 2,5% sobre o negócio realizado.

3. Análise dos Documentos Cartográficos – As plantas históricas de Petrópolis

A primeira planta estudada, "Planta Petrópolis – 1846", se encontra na Companhia Imobiliária de Petrópolis, também existe com mesma data de 1846 uma outra planta, também denominada 'Planta Petrópolis - 1846', documento este que se encontra sob os cuidados da Biblioteca Nacional. A terceira planta estudada data de 1850, denominada 'Planta de Petrópolis - 1850', esta também se encontra sob os cuidados da Biblioteca Nacional. A quarta planta de Petrópolis é a planta elaborada por Otto Reimarus, 'Planta da Imperial Colônia de Petrópolis - 1854', também arquivada na Biblioteca Nacional. A última planta estudada na presente pesquisa é do ano de 1861, de autoria de Visconde de Taunay, sob o título de 'Imperial Cidade de Petrópolis - os quarteirões coloniaes - 1861'.

No que se refere aos prazos, estes foram divididos em quatro classes, sendo eles de 1ª classe - para povoação próxima ao Palácio Imperial, tendo ordinariamente 10 braças de testada e 70 de fundo, ocupando a frente das ruas, e praças da futura Vila Imperial no entorno do palácio do Imperador; 2ª classe - ocupando os terrenos do subúrbio denominado de Vila Thereza, estando mais próximo ao alto da serra, tem 15 braças de frente e 100 ou mais de fundo; 3ª classe - ocupando as beiras de estradas, onde geralmente não são compreendidas pelas anteriores, ou seja, terrenos colaterais à calçada já existente no alto da serra, com 15 braças de frente e com 70 até 100 braças de fundo; e 4ª classe - são terrenos do interior, isto é, o restante de terra da fazenda. Contém 50 braças de frente e 100 ou mais braças de fundo, com quarteirões variando entre 30 a 200 prazos, sendo maiores que os anteriores e com diferença de 5.000 a 15.000 braças para os mais longínquos. Toda essa delimitação era feita a partir da Vila Imperial, considerada como centro urbano de Petrópolis (COUTINHO, 1846; TEIXEIRA FILHO, 1939).

3.1. 'Planta Petrópolis – 1846'

No ano de 1846, Koeler elabora a primeira planta de Petrópolis, que é considerada como a primeira planta urbanística do país, contendo 11 quarteirões (Palatinato Inferior, Palatinato Superior, Rhenania Inferior, Rhenania Central, Castellania, Simmeria, Nassau, Mosella, Ingelheim, Bingen e Westphalia) e 2 vilas (Imperial e Thereza) (OLIVEIRA, 2000; FRÓES, 2002). Junto a 'Planta de Petrópolis - 1846' e os documentos de regulamentação de criação da cidade, pode-se observar que o plano previa o crescimento horizontal da cidade. A referida planta se encontra na Companhia Imobiliária de Petrópolis, a mesma é aquarelada com dimensões de 128,9 cm de altura por 129,2 cm (figura 3).



Figura 3: 'Planta Petrópolis – 1846'

Observa-se nesta, informações importantes além dos nomes dos quarteirões e vilas, como os terrenos reservados a construção do Palácio Imperial, rios, afluentes, ruas, praças, estradas, caminhos, prazos em que foram subdivididos os quarteirões, e ainda soma-se a isso a enumeração dos prazos e os nomes dos colonos a ocuparem esses prazos, sendo tudo isso em uma área levantada em escala.

Algumas curiosidades observadas na planta Koeler foram suas anotações de campo feitas na própria planta como, por exemplo, anotações dos nomes dos colonos, os números dos prazos (figura 4), destaca-se ainda na referida planta a anotação do prazo do próprio Koeler, onde pode ser notado ser do mesmo o maior prazo da planta, e não menos importante, ressalta-se já a existência da delimitação de prazos destinados a expansão da cidade. Outro destaque é relacionado a escala gráfica da planta, onde a medida da escala se encontra em braças portuguesas, a grafia observada é de '*brassas*' e a grafia da escala é de '*Petipé*' (figura 5), contém também o norte de referência.



Figura 4: Nomes e números dos colonos nos prazos

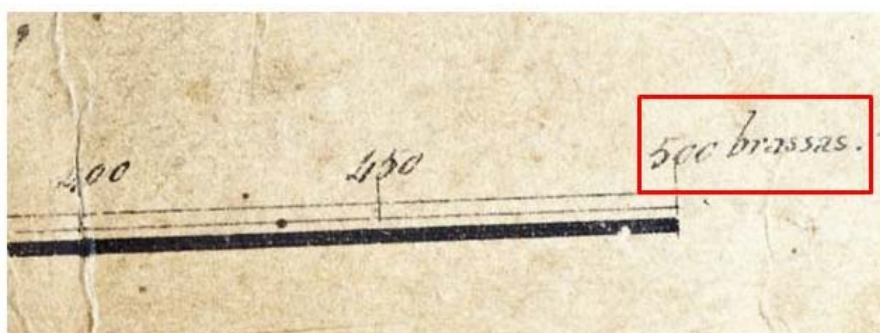
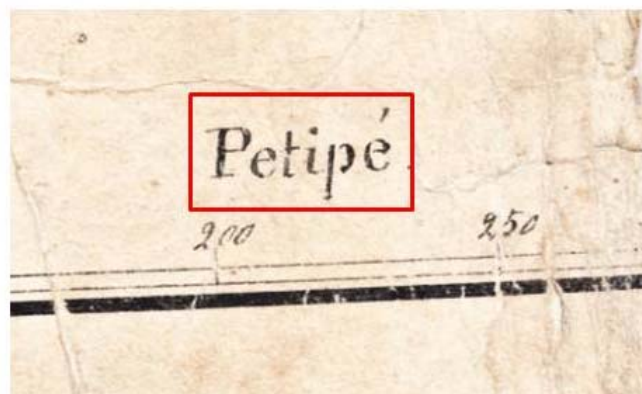


Figura 5: Grafia da escala em francês 'Petipé' e medida da escala em 'brassas'

Segundo Eppinghaus (1960/1970), não há referência a que instrumentos Koeler contou para realizar o levantamento topográfico da cidade de Petrópolis, mas o mesmo destaca que Koeler deve ter feito uso de bússola, podômetro e aneróide nos reconhecimentos de estruturas ao longo das estradas e rios principais, o taqueômetro e nível nos levantamentos e ainda talvez o clinômetro nas seções e perfis.

3.2. 'Planta Petrópolis – 1846'

A segunda planta estudada data também do mesmo ano de 1846, também denominada 'Planta Petrópolis - 1846', documento este que se encontra sob os cuidados da Biblioteca Nacional, sendo aquarelada e com dimensões de 61,5 cm x 65,85 cm. Nesta planta não consta tantas informações quanto na planta anterior como, por exemplo, os nomes dos colonos e os números referentes aos prazos criados, os nomes dos rios principais e seus afluentes, os prazos reservados a expansão da cidade. Ressalta-se, entretanto, um esboço de anotação referente ao nome dos colonos e número dos prazos, no quarteirão do Palatinato Inferior e na Villa (figura 6). Na mesma consta o nome dos quarteirões (Palatinato Inferior, Palatinato Superior, Rhenania Inferior, Rhenania Central, Castellania, Simmeria, Nassau, Mosella, Ingelheim, Bingen e Westphallia) e das vilas (Villa e Theresea). Nesta planta também, assim como na anterior, a palavra escala consta escrita na forma de '*Petipé*', mas contrária a anterior a escrita da sua medida está escrita como '*Braças*' (figura 7).



Figura 6: Anotação dos nomes e números dos colonos nos prazos

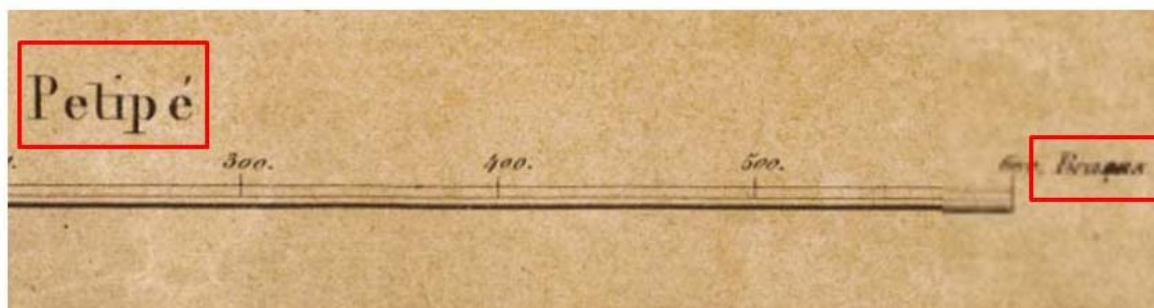


Figura 7: Grafia da escala em francês '*Petipé*' e medida da escala em '*Braças*'

Um fato a destacar nesta planta é a inscrição feita na mesma, com os seguintes dizeres: "Mandada levantar pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro O Excelentíssimo Senhor Conselheiro Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, para se juntar ao seu relatório" (figura 8). Sob a posse dessas duas plantas pode-se deduzir que a segunda mencionada seja uma redução da primeira planta elaborada pelo Major Koeler,

apresentando uma série de generalizações para ser utilizada como anexo ao relatório de Plano de Povoação da cidade de Petrópolis.

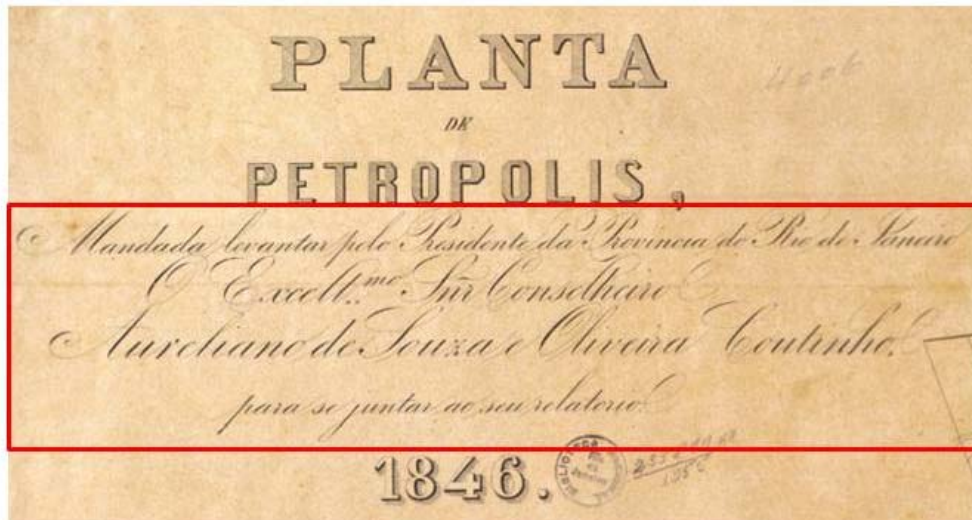


Figura 8: Inscrição na planta ao Senador e Presidente da Província do Rio de Janeiro Aureliano Coutinho

Vale ressaltar que, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, nasceu na freguesia de Itaipu em Niterói. Na data de 01 de abril de 1844, sendo nomeado ao cargo de Senador e Presidente da Província do Rio de Janeiro, e governado no período de 12 de abril de 1844 a 03 de abril de 1848. Foi importante o seu papel na fundação da cidade de Petrópolis, pois foi ele que acordou com o Conselheiro Paulo Barbosa a vinda dos primeiros colonos alemães cedidos ao Major Koeler para a Fazenda Córrego Seco em 1845, o que conseqüentemente se fez agilizar o desenvolvimento da cidade de Pedro II (FROES, 2000).

3.3. 'Planta de Petrópolis - 1850'

Na pesquisa por outros documentos históricos, foram encontradas outras três plantas da cidade de Petrópolis, todas do século XIX, mais especificamente, datadas dos anos de 1850, 1854 e 1861. A primeira delas, a 'Planta de Petrópolis - 1850', se encontra arquivada na Biblioteca Nacional, mas não possui referência de autoria, e em sua descrição vale salientar que é aquarelada e com dimensões de 93,3 cm x 97,8 cm. Nessa planta, pode-se observar um aumento no número de quarteirões, passando de onze para vinte (os 11 anteriores: Rhenania Inferior, Rhenania Central, Simmeria, Castellania, Palatinato Superior, Palatinato Inferior, Westphalia, Nassau, Mosella, Bingen e Ingelhem; os 9 novos criados: Rhenania Superior, Wormz, Inglez, Suisso, Francez, Brasileiro, Woerstadt, Darmstad e Presidencia) e se mantendo as duas vilas (Villa e Villa Theresa). Outro ponto a ser destacado nessa planta é a ausência dos números de identificação dos prazos, como também do nome dos colonos e ruas, contendo assim somente nomes dos quarteirões, vilas e os rios principais. A planta apesar de ter passado por grande processo de restauração, não foi possível recuperar a parte a qual constava a escala da mesma, podendo somente observar que estava na medida de braças portuguesas, com grafia de 'Braças', como pode ser visto na figura 9.

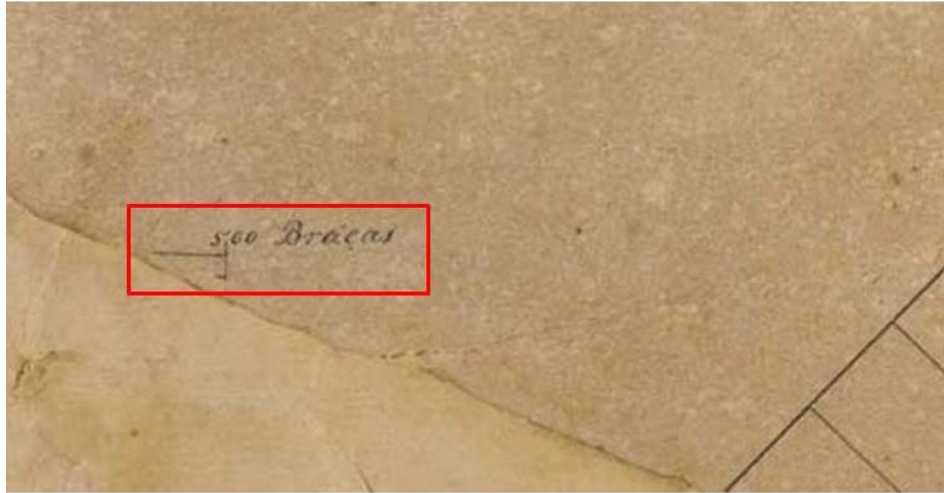


Figura 9: Medida da escala em '*Braças*'

3.4. 'Planta da Imperial Colonia de Petrópolis - 1854'

Otto Reimarus, foi engenheiro cujo falecimento data de 25 de agosto de 1859 de febre amarela. Sua presença na cidade de Petrópolis é marcada por alguns documentos que constam no Arquivo da Imperial Fazenda de Petrópolis relacionados a elaboração de algumas plantas. Consta no relatório do ano de 1857 do Diretor da Superintendência da Imperial Fazenda, o Major José Maria Jacinto Rebelo, menção a abertura do caminho para Paty de Alferes, acarretando no surgimento do Quarteirão Leopoldina elaborado por Otto Reimarus (OLIVEIRA, 2000).

A planta elaborada por Otto Reimarus, 'Planta da Imperial Colônia de Petrópolis - 1854', aquarelada e com dimensões de 29,4 cm x 41,2 cm, também arquivada na Biblioteca Nacional, mas de forma diferentemente da planta anterior, possui além das informações dos quarteirões, vilas, número de inscrições dos prazos e rios principais, também informações de praças e ruas, onde os nomes das vilas, quarteirões, ruas e praças aparecem pela primeira vez na forma de legenda (figura 10). Ressalta-se o acréscimo do quarteirão 'Princezalmp' e também o fato de ser a primeira vez a aparecer no título a noção de ser uma planta a servir de 'para guia de visitantes' (figura 11), caracterizando assim um objetivo de ser uma planta turística. Outra característica importante a ser destacada no título é a idéia de ser uma planta reduzida, o que sugere que esta partiu de uma planta em escala maior, provavelmente a de 1850, sua antecessora. Na planta a escala é apresentada escrita em português, estando em braças portuguesas com a grafia de '*Braças*' (figura 12).

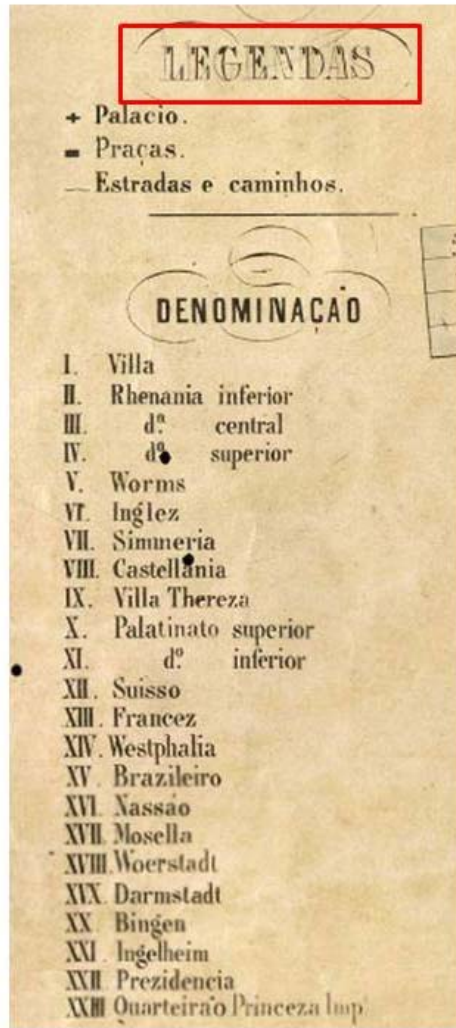


Figura 10: Legenda na planta de Otto Reimarus



Figura 11: Inscrição na planta de ser reduzida e servir para guia para visitantes

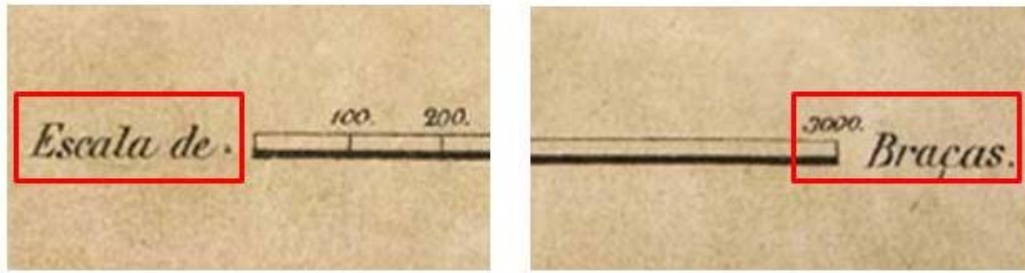


Figura 12: Grafia da escala em português 'Escala de' e medida em 'Braças'

3.5. 'Imperial Cidade de Petropolis - os quarteirões coloniaes - 1861'

A última planta estudada na presente pesquisa é do ano de 1861, de autoria de Visconde de Taunay, sob o título de 'Imperial Cidade de Petrópolis - os quarteirões coloniaes - 1861'. Alfredo d'Escragnolet Taunay (22 de fevereiro de 1843 a 25 de janeiro de 1899), considerado grande político e militar brasileiro, foi em 06 de setembro de 1889 agraciado com o título de Visconde pelo governo Imperial (ALVES NETTO, 2002). A planta conta com os mesmos vinte e um quarteirões que já constavam na 'Planta da Imperial Colonia de Petropolis - 1854' de autoria de Otto Reimarus, e uma vila (Villa Thereza), pois a Vila Imperial nesta é apresentada como 'Cidade'.

Esta planta contém, como a anterior, nomes dos rios principais e seus afluentes, como também nomes de praças e ruas, onde estes dois últimos são apenas identificados na legenda e não localizados no mapa (figura 13). Uma particularidade dessa planta é o fato das áreas com prazos a serem distribuídos, também serem identificados no mapa com o nome de 'PRAZOS a DISTRIBUIR' (figura 14), aparecendo no mapa sob a forma de um futuro quarteirão. Esta planta também apresenta a escala gráfica escrita em português, estando em *braças* portuguesas com a grafia de '*braças*' (figura 15).

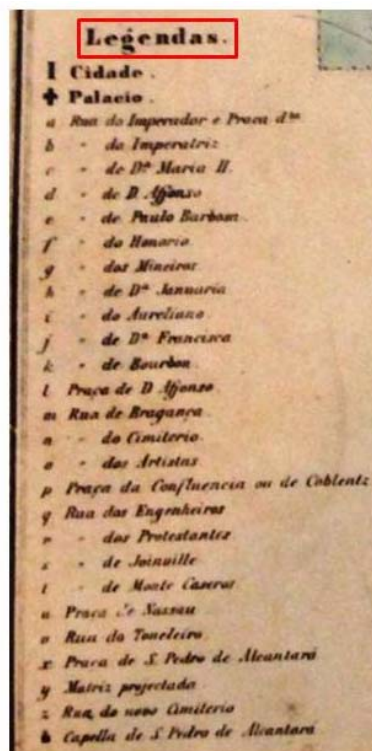


Figura 13: Legenda na planta do Visconde de Taunay



Figura 14: Inserção do prazo 'PRAZOS a DISTRIBUIR'

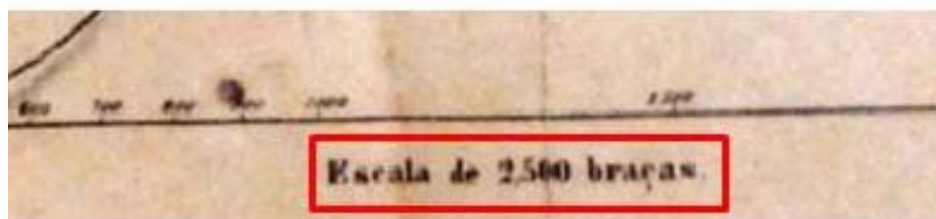


Figura 15: Escrita da escala em português e medida da escala em '*braças*'

5. Conclusões

Aguisa de conclusão, a partir da análise descritiva das cinco plantas históricas da cidade de Petrópolis, e dentro dessa passagem temporal de 15 anos, pode-se observar que ocorreram mudanças no ordenamento urbano da cidade de Petrópolis. O primeiro a se destacar é curiosamente na primeira planta, onde o Major Koeler já previa esse crescimento horizontal da cidade, podendo ser traduzido nos prazos com número de identificação, mas sem nenhum nome de colono associado aos mesmos. Essa preocupação transparece nas plantas subsequentes estudadas, onde nesse sentido, na 'Planta Petrópolis - 1850' de autoria desconhecida, observa-se a expansão da cidade com o aumento no número de quarteirões, anteriormente eram 11 e já nesta planta são mapeados vinte quarteirões. Isso se torna mais evidente na planta de autoria do Visconde de Taunay, de modo a se destacar a criação de um quarteirão denominado de 'Prazos a distribuir' na planta de Taunay (1861), traduzindo em certo sentido o acelerado e massivo processo de ocupação que a cidade de Petrópolis começa a sofrer a partir da segunda metade do século XIX.

6. Referências Bibliográficas

- ALVES NETTO, J.F. Brasileiros Ilustres em Petrópolis. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 2002.
- AMBROZIO, J.C.G. O Território da Enfeuse e a Cidade de Petrópolis - RJ, Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, vol. XVI, n° 418(39), p. 1-7, 2012.
- COUTINHO, A.S.O. Colonização. Nictheroy, 1846. In: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/776/000079.html>>
- FRÓES, C.O. A Ação do Conselheiro Aureliano Coutinho na Colônia de Petrópolis e seu Relacionamento com o Major Koeler. *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis, 2000.
- EPPINGHAUS, G.P. O Plano Koeler. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, vols. XXI e XXXI, p.1-5, 1960 e 1970.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). In: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 27 de Agosto de 2015.
- OLIVEIRA, P.R.M. O Planejamento Urbanístico a Ser Lembrado. *Tribuna de Petrópolis Especial*. Petrópolis, 2000.
- RABAÇO, H.J. *História de Petrópolis*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.
- TEIXEIRA FILHO, H.C.L. A Fundação de Petrópolis: decreto de 16 de março de 1843 e outros documentos do mesmo ano. Centenário de Petrópolis/Trabalhos da Comissão. Petrópolis, vol. II, p. 3-25, 1939.